Atlântico
Uma Revista e Dois Regimes

Lúcio Alcântara *

As relações entre Brasil e Portugal transcorreram, ao longo dos anos, de forma tranquila, inspiradas, sobretudo, pelo sentimento de amizade entre os dois povos, o maior fundamento desse intercâmbio, cujo aprofundamento se ressentia de instrumentos de cooperação que removessem obstáculos de natureza administrativa e favorecessem maior aproximação entre os dois países. Cabe a Consiglieri Pedroso, político, professor e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, esboçar, em 1909, um amplo projeto de acordo a ser firmado entre os dois governos. Sua morte, no ano seguinte, sepultou o sonho da ambiciosa proposta. Antes disso, na vigência do império brasileiro e da monarquia portuguesa, não se firmaram mais que dois documentos do gênero. Somente quando da vinda do presidente António José de Almeida ao Rio de Janeiro para as comemorações da independência em 1922, seriam pactuados outros três acordos. Nem sempre estiveram serenos os céus que abençoaram essa histórica ligação. Em 1894 Floriano Peixoto chegou a determinar o corte das relações com Portugal pelo fato do comandante português ter acolhido, no vapor "Mindelo", fundeado na baía de Guanabara, revoltosos da armada, empenhados na sua deposição. De forma mais amena, divergências literárias e ressentimentos históricos contribuíam para minar de um e outro lado do Atlântico a disposição de congraçamento entre as duas pátrias. Exemplo disso são os estereótipos do português estúpido das anedotas e o "brasileiro", na verdade, o português retornado, cuja insolência e extravagância ilustraram páginas memoráveis da literatura lusitana. Desentendimentos mais graves viriam muito mais tarde quanto ao *deficit* democrático no Portugal metropolitano e a teimosia colonial na

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará

África. Bem antes disso, essa convivência alcançou o auge na vigência do Estado Novo, período sobre o qual iremos lançar o nosso olhar.

Durante certo tempo Portugal e o Brasil viveram sob a égide de regimes políticos assemelhados, os quais carregavam de batismo o mesmo nome: Estado Novo. O luso, longevo, vai de 1926, ano da ascensão de Oliveira Salazar ao poder, até a "Revolução dos Cravos" em 1974, após breve intervalo da chamada "primavera marcelista"; o brasileiro durou de 1937 à deposição de Getúlio Vargas em 1945. Em ambos os casos, num e noutro lado do Atlântico, ditaduras instaladas com soluções imprescindíveis para o regresso à ordem comprometida, segundo Vargas, pelo "extremismo ideológico" e a agitação política; e por Salazar, para fazer face à instabilidade da república que alimentava o caos e arruinava o país. Os dois sistemas, espelhados no fascismo italiano de cunho autoritário, nacionalista, valorizavam a ordem e a disciplina, o fortalecimento do estado, dirigido por um chefe situado acima das instituições, protegido pelo controle do pensamento, e a interdição do debate político por via da censura como premissas para a paz social e o progresso, servidos em porções paternalistas. Abolidos os partidos, no Brasil, reduzidos a um só; em Portugal, o parlamento era encarado como estorvo à eficiência do governo, mal tolerado, de preferência fechado, como aconteceu aqui. Sobre o desapreço votado pelos ditadores ao parlamento, não deixa dúvidas o pensamento dos dois ditadores. Salazar dizia-se mesmo "profundamente antiparlamentar porque detesto os discursos ocos, palavrosos, as interpelações vistosas e vazias, a exploração das paixões, não à volta de uma grande ideia, mas de futilidades, de vaidades de nadas sob o ponto de vista do interesse nacional"[16]. Quanto a Vargas, é induvidoso seu desdém pelo legislativo quando se refere aos seus membros como "leguleios em férias" enquanto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ironicamente instalado na sede do parlamento, o Palácio Tiradentes, em publicação sob sua responsabilidade, alude ao edifício como "viveiro de papagaios"[18]. A afinidade ideológica entre os dois governos contribuiria para aprofundar as relações bilaterais, clima que ensejou a adoção de iniciativas dignas de registro. Nesse contexto vale a pena assinalar a fundação, em 1935, do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; a assinatura de acordos comerciais de pouco efeito prático e visitas recíprocas de delegações de autoridades. A estratégia de Salazar de vincular o Brasil à sua precária posição diplomática durante a guerra culminou com o convite para que

o nosso país participasse, na condição de coanfitrião, da exposição dos dois centenários (fundação e restauração da nacionalidade), acontecida em 1940 na capital portuguesa. A distinção tinha o objetivo de apresentar o Brasil como exemplo bem sucedido do colonialismo luso. Em que pese o privilégio concedido, o desconfiado Salazar alimentava a expectativa de que o país, tanto quanto Portugal, se mantivesse neutro diante da 2ª Guerra Mundial ao tempo que, temia, viesse o Brasil a falar em nome do mundo lusófono. No início dos anos cinquenta o ditador deixou escapar essa frustração conosco ao manifestar o desapontamento nas negociações em que se empenhava: "Tenho negociado e tratado com todo o mundo, desde os ingleses aos japoneses, e sempre no fim se apura alguma coisa, quinze por cento, dez por cento dos esforços feitos, mas com o Brasil não sei o que é, não se apura nada"[16]. Tinha dificuldade em aceitar que nem sempre coincidiam os interesses das duas nações.

Em 1941 segue para o Rio embaixada especial, chefiada pelo respeitado intelectual Júlio Dantas, com o fito de agradecer ao governo brasileiro o prestígio dedicado à mostra do mundo português em comemoração dos dois centenários. Em seguida celebra-se, a 4 de setembro de 1941, o "Acordo Cultural Luso-Brasileiro" sobre cujas repercussões iremos a seguir nos debruçar.

A edição de uma revista luso-brasileira que contribuísse para um maior conhecimento recíproco dos dois povos, das duas culturas e ambas literaturas constituía um anseio dos homens de letras dos dois países. O brasilófilo João de Barros, grande artífice dessa aproximação, escreveu, na apresentação do primeiro número da revista *Atlântida*, ter percebido, no Brasil, "uma mágoa justa, justíssima aliás, por não encontrar em Portugal aquele conhecimento e apreço que merece seu admirável surto de progresso, o seu prodigioso desenvolvimento material e intelectual". Iniciativas isoladas buscavam ultrapassar esse fosso cultural que nos separava a exemplo da inauguração, em Lisboa, do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura no ano de 1935. O projeto de Consiglieri Pedroso, antes mencionado, de 1909, já previa a edição de uma revista. *A Águia*, fundada no Porto, da qual se tiraram mais de duzentos números entre 1910 e 1932, teve Almáquio Dinis como correspondente no Brasil e muito influiu para estreitar os laços entre portugueses e brasileiros. Embora aberta a outras culturas estrangeiras, predomina, no periódico, a participação brasileira, sendo notável que, numa época de precárias comunicações, tenha alcan-

çado ampla circulação no país. Em 1909 João do Rio encontra João de Barros em Lisboa e sugere fundar uma revista com o desejado cunho binacional. Só em 1915 a ideia se realiza. *Atlântida* apresenta-se como um "mensário artístico literário e social para Portugal e o Brasil sob o alto patrocínio de suas Exas. os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e Fomento de Portugal". Sem ter cumprido inteiramente seu propósito, a publicação encerra antes de atingir cinquenta números. No mesmo ano nasce *Orpheu*, revista de vanguarda, abrigo de novos talentos, ícone do modernismo português, em que pontificam os mais tarde famosos poetas Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro. Abaixo do título, na folha de rosto, vem escrito "PORTUGAL-BRAZIL" a denotar o caráter binacional. Na verdade começou a ser gestada no Brasil, fruto do convívio do escritor Luís de Montalvor, então vivendo no Rio de Janeiro, e Ronald de Carvalho, aparentemente o autor do título. Do lado brasileiro a iniciativa não vingou, limitando-se à escassa colaboração de Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens, sendo aquele, juntamente com o editor nominal, António Ferro, os dois personagens a participarem em simultâneo do movimento modernista português e brasileiro. Fosse pelo fato da editoria e impressão dessas publicações estarem sediadas em Portugal, fosse pela dificuldade de comunicação, acontecia que a presença da parte brasileira era modesta, o que acabava por comprometer a ideia original.

A partir do Brasil também se fizeram tentativas semelhantes que, se não medraram, merecem citação pelo ineditismo da iniciativa. Refiro-me à *Rajada* e à *Terra do Sol*. A primeira, fruto da iniciativa do pintor Correia Dias, que viria a ser marido de Cecília Meireles, reunia colaboradores de tendência modernista a qual, sem assumir expressamente o compromisso, emprestava atenção às duas culturas. Quanto à *Terra do Sol*, surgida em 1924, sob a dupla direção luso-brasileira de Tasso da Silveira e Álvaro Pinto, acolhia escassa colaboração de portugueses, embora nota anônima mencionasse o propósito de contribuir para maior ligação entre "Portugal e Brasil por intermédio de seus escritores que são seus mais nobres e exatos representantes"[22]. Profecia que ficou bem longe de ser cumprida. Na verdade esse conhecimento mútuo, reiteradamente perseguido, ganharia impulso com o livro *Literatura Brasileira* de José Osório de Oliveira, autodeclarado luso-brasileiro. O desconhecimento dos modernistas portugueses ausentes de nossas páginas literárias levou a equívocos como o de Carlos Drummond de Andrade, que afirmou certa feita, em 1924,

ser Portugal "um povo que gerara os Lusíadas e morrera"[22]. Na vigência do Estado Novo, durante o consulado de António Ferro no Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), a ideia ressurge, integrada ao texto do "Acordo Cultural Luso-Brasileiro", berço de *Atlântico*, um hífen cultural entre os dois regimes.

O "Acordo Cultural Luso-Brasileiro" celebrado no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete, sob as vistas de Getúlio Vargas, tem como signatários Lourival Fontes pelo DIP e António Ferro pelo SPN, dispõe em três artigos e doze parágrafos sobre a forma de sua execução com o objetivo de incentivar e divulgar ações culturais nos dois lados do Atlântico. Em seu artigo primeiro estabelece a criação de seções especiais portuguesa e brasileira junto ao DIP e SPN, chefiadas por José Augusto Cesário Alvim e António de Sousa Pedroso, Visconde de Carnaxide, respectivamente; enquanto no item d (Artigo 2º) está prevista "a colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto ao noticiário a ser veiculado àcêrca do Brasil e de Portugal". Trata-se de cláusula com a nítida intenção de controlar a informação segundo os interesses dos estados subscritores. Estranho que um pacto efetuado com a intenção de promover a cultura atribua a missão a órgãos comprometidos com a propaganda e a promoção por todos os meios disponíveis dos dois regimes e seus chefes, tanto mais que a eles se subordinam diretamente. Diploma semelhante acordado entre as partes em 1948 trazia as assinaturas dos Ministros de Relações Exteriores. Os tempos eram outros, Getúlio fora deposto e o DIP, extinto e em Portugal o SPN passara a Secretariado Nacional da Informação (SNI) com orientação distinta adaptada à realidade do pós-guerra.

A revolução de 1930 chegou embarcada na ideia de modernização do país e suas instituições carcomidas pelo anacronismo oligárquico da "república velha". Para realizar essa aspiração, entenderam, de logo, os líderes do movimento, o valor da propaganda como instrumento de comunicação de massa e manipulação da opinião pública, empregada com êxito pelos regimes autoritários que se instalavam na Europa. Criado em seguida à vitória, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP) foi substituído em 1934 pelo Departamento de Produção e Difusão Cultural (DPDC), confiado a Lourival Fontes e, em 1938, em pleno Estado Novo, pelo DIP sob a mesma direção. Ao novo órgão cabia a tarefa de controlar e censurar manifestações de pensamentos hostis, censurar livros, jornais, rádios e espetáculos públicos; promover a doutrina do regime através de

publicações próprias ou encomendadas a intelectuais simpáticos ao governo. Para fabricar o mito, fazia-se a apologia do ditador e de suas realizações com o emprego de argumentos que ilustravam as obras para demonstrar a eficácia do estado, comprovavam a validade da ideologia veiculada pelo discurso e exaltavam o modelo através da biografia do chefe[18]. Por tudo isso o órgão foi, no dizer de Heloisa Paulo, mais que um "agente de polícia", "garoto-propaganda do regime", foi um "carcereiro da vida pensante", a serviço de uma ideologia instalada no espírito dos brasileiros, agindo ao mesmo tempo em duas frentes, intelectual e popular. Coube a Lourival Fontes, intelectual sergipano radicado no Rio de Janeiro, dirigir essa máquina que teria realizado seus objetivos pelo manuseio de uma velha arma em permanente renovação: a propaganda. Palavra inventada pelo Vaticano na contrarreforma com a divulgação do documento "*Propaganda Fidei"*[14]. Fascista declarado, tido por Mussolini como um dos três homens fora da Itália que melhor conhecia o fascismo italiano por ele definido como "um regime que caminha para o povo e que se antecipa e realiza, no campo das conquistas e da cooperação social, os imperativos mais avançados da dignificação, valorização e igualdade do trabalhador"[5]. Considerava que o Estado Novo dera origem a "o socialismo moderado e o nacionalismo intransigente". Exonerado em 1942, quando o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo e apoiou os aliados, foi Embaixador no México, Chefe da Casa Civil no segundo governo Vargas e depois senador pelo seu estado natal.

Em Portugal a repartição homóloga do DIP era o SPN, instituído em 1933, dirigido por António Ferro com a finalidade, segundo o decreto de criação, de "integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a nação"[18]. Do ponto de vista das competências, tinha forte e inovadora atuação no turismo, só vindo a incorporar entre suas atribuições a censura quando foi transformado em SNI. Jornalista e escritor adepto do modernismo, realizou entrevistas com ditadores e intelectuais europeus de pensamento antiliberal, reunidas no livro *Viagem à Volta das Ditaduras*. Aproxima-se de Salazar através de uma série de entrevistas que lhe faz para o jornal onde trabalha, abrindo caminho para assumir a propaganda do governo à frente do poderoso órgão criado com esse propósito. Há os que enxergam nele o "inventor do salazarismo"[20] enquanto, para outros, não passa de um simples coadjuvante do ator principal, Salazar. Instalado no novo posto, põe em marcha sua estratégia de comunicação para consolidar

o regime e a imagem do ditador que consistia em "martelar constantemente suas ideias dando-lhes vida e calor. Que ditador e povo se confundam de tal forma, que o povo se sinta ditador e que o ditador se sinta povo"[12]. O fato é que assume o cargo com uma plataforma a que deu o título de "política do espírito", pregação inspirada na decisão do "*Comité des Lettres et des Arts*" da Sociedade das Nações, que recomendava "examinar e estudar a possibilidade de desenvolver a influência do espírito na vida econômica, social e política"[12]. Atentar para a "beleza, desde a beleza moral à beleza plástica como a aspiração suprema dos homens e das raças"[12] para em seguida deplorar " um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e Haver, e torna-se um povo inútil e mal humorado"[12]. Todo empenho estava dirigido no sentido de criar uma identidade nacional e forjar o "homem novo", investido das virtudes estandartes do regime.

Em 1922 veio ao Brasil, inaugurando uma relação continuada, feita de afetos, vínculos artísticos e visão estratégica que resultou em empreendimentos comuns de expressão política e cultural. Conviveu com os modernistas brasileiros; andou por São Paulo, Rio, Santos, Belo Horizonte, Salvador e Recife; fez conferências; foi aplaudido e saudado como um talento novo da literatura portuguesa. Durante sua permanência aqui, publicou dois livros de feição modernista: *A Idade do Jazz – Band* e a *Arte de Bem Morrer*, versões impressas de palestras que proferiu. José Lins do Rego saudou-o, em artigo no Jornal do Recife, como "o embaixador do paradoxo, rebento novo de um povo velho", a descontração numa sociedade sisuda, a aposta no futuro com o olhar de Jano para o passado, o estilo literário feito de frases curtas impressionistas, imagens antagônicas convivendo na dialética das palavras. Polêmico, seus paradoxos refletiram também na figura pública equilibrada entre o revolucionário na estética e o conservador na ordem política, levado a combinar modernidade e tradição, cosmopolitismo e ruralidade, forçado a ajustar o gênio inquieto e protagonista ao recato austero do chefe.

Na sequência imediata da assinatura de acordo cultural, inaugura-se a exposição do livro português, apresentada por Ferro como a "primeira fruta desse novo pomar da nossa amizade". A segunda brotaria no ano seguinte, no requinte gráfico e no esplendor do conteúdo da revista *Atlântico*.

Atlântico surge em cumprimento ao acordo cultural, o qual menciona expressamente a intenção de publicá-la desde logo intitulada com o

nome do "oceano que, ao mesmo tempo, nos une e separa; o lago lusitano", na expressão de Oswaldo Aranha, "a ser mantida pelos dois organismos com a colaboração de jornalistas portugueses e brasileiros" [1]. Inauguram o primeiro número mensagens de António Ferro e Lourival Fontes, cujos nomes aparecem no expediente como diretores, ficando a secretaria a cargo de José Osório de Oliveira, mantido na função até se encerrar a publicação em 1950. Antes disso Fontes é substituído na direção por seu sucessor no DIP e com a extinção deste em 1945 a representação brasileira cabe à Agência Nacional. Enquanto durou, edição e impressão da revista permaneceram em Lisboa. De todas as publicações conjuntas elaboradas ao abrigo da cooperação entre os dois órgãos, *Atlântico* foi a que mais repercutiu no Brasil pela densidade do seu conteúdo e o elevado padrão gráfico alcançado. A escolha do nome, segundo António Ferro, buscava nessa "palavra suficientemente elástica, ondulante, sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal"[1]. Para o mesmo autor o búzio escolhido como marca estampada em sua capa "sonoro, repercute a voz da raça, o *mare nostrum*, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita...". Lourival Fontes, em seu comunicado inaugural, sob o título "Unidade Espiritual", ressalta, na novel empreitada, o momento em que os interesses espirituais luso-brasileiros entram num período de iniciativas imediatas, práticas e claras. "A hora de sair do domínio das palavras" [1] na convocação de sua contraparte portuguesa.

Por ocasião da visita que faz à sede do SPN, com o fim de condecorar António Ferro com a Ordem do Cruzeiro do Sul, o embaixador João Neves da Fontoura atribui a ele o maior mérito na concretização do acordo cultural de que *Atlântico* é filha dileta. São dele as palavras que se seguem:

> *Outro dos frutos do acordo cultural de 1941 foi a fundação e a publicação da mais luxuosa, da mais bela revista até agora editada em língua portuguesa, e que, sob a invocação do oceano que nos separa, mas que também nos une, congrega uma plêiade dos mais autênticos valores literários do Brasil e de Portugal. A revista <<Atlântico>>, a que V.Exa., Sr. António Ferro, deu o vigor e o carácter construtivo da sua própria inspiração de poeta, encontrou na personalidade, muito cara para nós, do escritor José Osório de Oliveira, brasileiros, não sabemos que mais admirar; se o seu idealismo atlântico, se o seu específico e minucioso conhecimento da literatura do Brasil. Idealismo atlântico é uma expressão de profundo sentido para nós, portugueses e brasileiros. O sonho de Paulo Barreto e de João de Barros, que há*

> *trinta anos parecia quimera de literatos, veio conseguir uma das suas formas concretas sob os auspícios do Secretariado da Propaganda Nacional. Pois é graças ao trabalho de V.Exa., Sr. António Ferro, como colaborador directo do govêrno português, que possuímos hoje na revista <<Atlântico>> um instrumento de acção constante, no plano da arte e do pensamento, para a conservação e o desenvolvimento da solidariedade oceânica, para essa ponte triangular cujos pilares assentam nas margens do Tejo, no litoral africano e nas praias sul-americanas – ponte do Império, império da língua portuguesa, império da cultura luso-brasileira, império do gênio civilizador lusitano. O concurso de V.Exa., Sr. António Ferro, vem, assim, assumindo um relevo cada vez maior na obra de aproximação intelectual entre as nossas duas pátrias – pátrias essenciais para a defesa da civilização cristã e da verdadeira flama da latinidade* [1].

Opinião que coincide, quanto ao aspecto gráfico, com a de Salazar, exposta a António Ferro, conquanto não lhe agradem os versos livres da poesia moderna de que a revista está cheia. "A poesia é o ritmo. Onde está o ritmo nessa poesia? A arte tem seus cânones, as suas leis", argumenta o ditador apóstolo do conservadorismo.

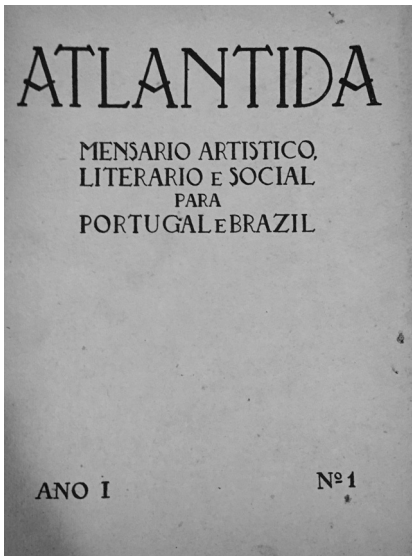
São muitos e diversificados os colaboradores brasileiros e portugueses, ainda que alguns se repitam com maior frequência. São de formação e de escolas variadas, havendo até os que, como Graciliano Ramos, não bebiam na fonte programática estadonovista. Do lado brasileiro estão, entre outros, Tristão de Athayde, Jorge de Lima, Cícero Dias, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Érico Veríssimo, Ribeiro Couto, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Lúcio Cardoso. Num elenco tão sortido não poderiam faltar cearenses, aí estão José Albano e Raquel de Queiroz. Do poeta, estão publicados no nº 6 da nova série – "Cançam a *Camoens"* e "Ode à língua portuguesa". Raquel comparece no nº 4 com um conto "Não jures pela lua inconstante", ilustrado por Roberto Arcanjo. Da parte portuguesa alinham, em meio a muitos, constantes ou eventuais, José Régio, Sophia de Mello Breyner Andresen, Luís Forjaz Trigueiros, Almada Negreiros, José Osório de Oliveira, Jorge de Sena, Antônio Quadros, Natércia Freire e Gastão de Bettencourt.

Quanto ao conteúdo, chama a atenção a variedade de temas abordados e a natureza das ilustrações, gravuras e reproduções modernas e clássicas de artistas portugueses e brasileiros. Os textos se dividem em literatura, poesia, ficção e crítica, teatro, música, artes plásticas, ensaios

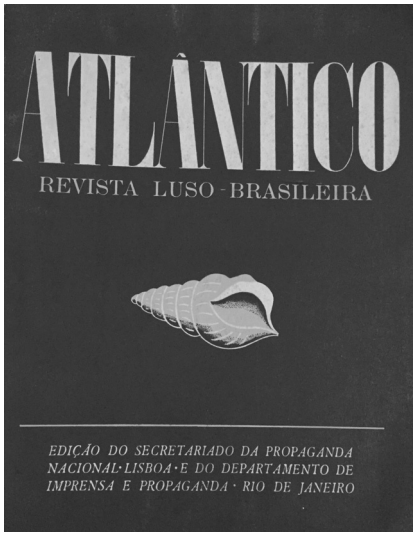
sobre filosofia e vida contemporânea. Aparecem capítulos de romances por publicar, inclusive um curioso capítulo 11 da novela "Episódio", da lavra de Vinícius de Moraes, datado de 1934, que vem no nº 4 da revista e que, julgo, continue inédita. Diga-se de passagem que o poeta foi censor do DIP. Surpreendeu-me que *Atlântico* não divulgasse os dois governos, ostensiva ou sutilmente, apesar de tutelada pelos ativos organismos encarregados da propaganda oficial. A menos que se entenda por propaganda subliminar a revista em si mesma. De oficial nada além da publicação na íntegra do texto do acordo cultural, comunicado do governo luso sobre a posição de Portugal e do Brasil em relação à guerra, discurso do embaixador João Neves da Fontoura sobre a realidade do acordo cultural e a fala com que Getúlio Vargas ingressou na Academia Brasileira de Letras.

Coincidência ou não, a extinção do DIP, com a redemocratização do Brasil, marcou em duas oportunidades alterações no aspecto gráfico da revista, que ficou menor e mais simples. Até se encerrar em 1950, quando da partida de António Ferro para Berna, foram seis números iniciais, sete da nova série a partir de 1946 e três da terceira desde 1949. Nascida para ser a voz de "uma raça, duas nações", como anunciado na sua página de estreia, colaborou de modo significativo para a aproximação intelectual entre as duas pátrias, que ainda muito se ignoravam no campo das letras e das artes em geral.

Ventos democráticos que sopraram no Brasil e em Portugal e aluíram as duas ditaduras desmantelaram os órgãos de propaganda e de censura, dispersando e sumindo em ambos os casos os acervos que permitissem reconstituir com base em documentos a memória institucional e atuação de seus colaboradores. Equívoco ou "conveniência democrática" para apagar rastros e preservar reputações.

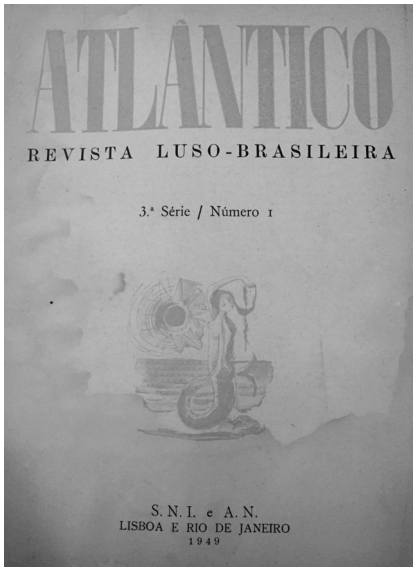


Revista *Atlântida* - Capa do Número 1



Revista *Atlântida* - Primeira Fase
Capa do Número 1

Revista *Atlântico* - Segunda Fase
Capa do Número 1



Revista *Atlântico* - Terceira Fase
Capa do Número 1

BIBLIOGRAFIA

ATLÂNTICO: Revista Luso - Brasileira. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional de Lisboa e do Departamento de Imprensa e Propaganda do Rio de Janeiro, n.1-4,6, 1942-1945.

ATLÂNTICO: Revista Luso - Brasileira: (nova série). Lisboa: D. N. I. e S. N. I. do Rio de Janeiro e Lisboa, n. 1,3,6/7, 1946-1948.

ATLÂNTICO: Revista Luso - Brasileira: (3ª série). Lisboa: D. N. I. e A. N. de Lisboa e Rio de Janeiro, n. 1/3, 1949-1950.

ATLÂNTIDA. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, v. 1, n. 1, 15 nov. 1915.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983:** 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, v.2, 1984. 1802 p.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A construção da nostalgia: apontamentos sobre tradição e referências nacionais durante a Primeira República Portuguesa. **Brasilis: revista de história sem fronteiras,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.56-62, 2003.

CASTRO, Fernanda de. **Cidade em flor.** Imprensa Lucas**,** 1924. 99 p.

DINES, Alberto; MICHAHELLES, Kristina; BELOCH, Israel. **A Rede de amigos de Stefan Zweig:** sua última agenda 1940-1942. Casa Stefan Zweig: Petrópolis, 2014. 200 p.

FERRO, António Joaquim Tavares. **A Arte de bem morrer**. Rio de Janeiro: Antunes, 1923. 61 p.

_____. A Idade do Jazz-Band. 2. ed. Lisboa: Portvgalia, 1924. 87 p.

_____. **Artigos diversos v. II**: Eça de Queiroz. Lisboa: Edições SNI, 1949. 42 p.

_____. **Salazar:** o homem e a sua obra. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. 228 p.

_____. **Novo mundo - mundo novo**. Lisboa: Portugal – Brasil, 2016. 280 p.

FERRO, Mafalda (Org.). **António Ferro**: 120 anos. Lisboa: Textos, 2016. 287 p.

LEITE, Cassiano Ricardo. **A Face perdida.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1950. 177 p.

MENESES, Felipe Ribeiro. **Salazar**: biografia definitiva. São Paulo: Leya, 2011. 815 p.

_____. **Salazar:** uma biografia política. Alfragide: Dom Quixote, 2009. 162 p. (Expresso 4).

PAULO, Heloisa Helena de Jesus. **Estado novo e propaganda em Portugal e no Brasil:** o SPN/SNI e o DIP. Coimbra: Minerva, 1994. 192 p. (Coleção Minerva Histórica 11).

_____. **O DIP e a juventude:** ideologia e propaganda estatal (1938/1945). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 7, n. 14, p.99 -113, 1987.

RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro:** o inventor do salazarismo: mitos e falsificações do homem da propaganda da ditadura. Alfragide: Dom Quixote, 2015. 338 p.

RIBEIRO, Leonildo (Org.). **Medicina no Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. 410 p.

SARAIVA, Arnaldo. **O Modernismo brasileiro e o modernismo português.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2015. 703 p.

SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110:** uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2006. 203 p.

OLGA, Tia. **História de um menino de São Borja:** a vida do Presidente Getúlio Vargas contado por Tia Olga aos seus sobrinhos Rosa-Maria e Chico-Chicote. D.N.P. , 1939. 79 p.

ANEXO

ACÔRDO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO

ASSINADO EM 4 DE SETEMBRO DE 1941, NO PALÁCIO DO CATETE, NO RIO DE JANEIRO, POR ANTÓNIO FERRO, DIRECTOR DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL, DE PORTUGAL, E DR. LOURIVAL FONTES, DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA, DO BRASIL.

A-fim-de promover uma íntima colaboração cultural entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda, o Director do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal (SPN), e o Director do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Brasil (DIP), para tanto devidamente autorizados pelos seus Governos, estabelecem o acôrdo seguinte:

Artigo 1º

É criada na sede do SPN uma secção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP, uma secção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado do SPN.

A estas secções incumbe, de maneira geral, assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo o que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países.

Artigo 2º

Para os efeitos do artigo anterior, as duas secções criadas por este acordo promoverão especialmente;

a. O intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países;
b. O intercâmbio de fotografias e o estabelecimento de um serviço regular mútuo de informação telegráfica relativa ao Brasil e a Portugal;
c. O envio ao Brasil e a Portugal, de conferencistas, escritores e jornalistas que mantenham vivo o contacto cultural entre as duas nações;

d. A colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto a noticiário a ser divulgado àcêrca do Brasil e de Portugal;

e. A criança duma revista denominada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos, com a colaboração de escritores e jornalistas portugueses e brasileiros;

f. A troca de publicações de turismo e propaganda, cabendo ao SPN a divulgação, em Portugal, das publicações brasileiras e ao DIP a divulgação, no Brasil, das publicações portuguesas;

g. A divulgação do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal;

h. A realização de emissões directas de rádio concernente aos fins dêste acôrdo, bem como a permuta de programas radiofónicos;

i. A criação dum prémio pecuniário anual atribuído conjuntamente, pelos dois organismos, ao melhor trabalho literário, artístico, histórico, ou científico, publicado em Portugal ou no Brasil, de interesse comum;

j. A realização e permuta de exposições de arte nacional e o intercâmbio de artistas brasileiros e portugueses, isoladamente ou em grupo;

k. A troca de actualidades cinematográficas, a exibição destas nos cinemas do Brasil e Portugal, e o estudo da eventual realização de filmes de grande metragem, de interêsse histórico ou cultural para os dois países, mediante a colaboração de artistas técnicos brasileiros e portugueses;

l. A fixação de facilidades ao turismo luso-brasileiro, por intermédio das companhias de navegação brasileiras e portuguesas, pela redução nos preços das passagens, abatimentos especiais nos hotéis, diminuição nos preços de transportes ferroviários e outras facilidades semelhantes;

m. O estudo do folclore luso-brasileiro através de publicações editadas pelos dois organismos e da realização de festas populares e tradicionais comuns aos dois países;

n. Comemoração das grandes datas que interessam à História dos dois povos.

Artigo 3º

Este acôrdo entrará em vigor na data da sua assinatura, devendo, em 31 de Dezembro de 1941, encontrar-se completamente organizados e em normal funcionamento os serviços e actividades nêle previstos.

Fonte: *Atlântico* – Revista Luso-Brasileira, Número UM, Primavera 1942.
(Conferência pronunciada na sede do Instituto do Ceará em 20 de maio de 2016)